

2020

Relatório E Contas



ÍNDICE

1.	Empresa	6
1.1.	Informação Geral	6
1.2.	Órgãos Sociais	8
2.	Atividades Desenvolvidas	10
2.1.	Ilha de Santa Maria	12
2.1.1.	Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria	12
2.1.2.	Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria ..	12
2.1.3.	I Bootcamp de Empreendedorismo de Santa Maria	13
2.1.4.	Formação aos Empreendedores e aos Técnicos da Incubadora	14
2.2.	Ilha Graciosa	14
2.3.	Ilha das Flores	15
2.3.1.	Hotel das Flores	15
2.3.2.	Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão	15
2.3.3.	Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão.....	16
2.4.	Ilha de São Jorge	17
2.5.	Investimento/Exploração dos Campos de Golfe das Ilhas de São Miguel e Terceira ...	17
2.6.	Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial	19
2.6.1.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores	19
2.6.2.	Linha de Crédito Açores Investe II	20
2.6.3.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II.....	20
2.6.4.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária empresas dos Açores e Apoio à Liquidez.....	20
2.6.5.	Medidas de Apoio ao Emprego.....	22
2.7.	Compromissos Financeiros e Financiamento	22
3.	Recursos Utilizados	23
3.1.	Recursos Humanos	23
3.2.	Recursos Técnico-Investimentos	23
4.	Situação Económica – Financeira	24
4.1.	Situação Económica	24
4.1.1.	Proveitos	24
4.1.2.	Custos	24
4.1.3.	Resultados	24
4.2.	Situação Financeira.....	24
4.3.	Dados Económico – Financeiros	25
4.4.	Indicadores Económico – Financeiros	25

5.	Factos Relevantes após o Termo do Exercício.....	26
6.	Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social	26
7.	Perspetivas	26
8.	Agradecimentos.....	27
9.	Aplicação de Resultados	27
10.	Contas.....	28
10.1.	Balanço em 31 de dezembro de 2020	29
10.2.	Demonstração dos Resultados por Natureza/Funções em 31 de dezembro de 2020.	30
10.3.	Movimentos ocorridos nas rubricas de capital.....	32
10.4.	Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Direto.....	34
10.5.	Anexo às Demonstrações Financeiras	35
1.	Identificação da Entidade	36
2.	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	36
2.1.	Bases de apresentação.....	36
2.2.	Derrogação das Disposições do SNC	37
2.3.	Comparabilidade das Demonstrações Financeiras.....	37
3.	Principais Políticas Contabilísticas	37
3.1.	Conversão cambial	37
3.2.	Ativos fixos tangíveis	38
3.3.	Ativos fixos intangíveis	39
3.4.	Imparidade de ativos não financeiros	39
3.5.	Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)	40
3.6.	Inventários	40
3.7.	Clientes e dívidas de terceiros.....	41
3.8.	Caixa e seus equivalentes.....	41
3.9.	Capital	41
3.10.	Empréstimos obtidos	42
3.11.	Imposto sobre o rendimento	42
3.12.	Benefícios aos empregados.....	43
3.13.	Provisões	43
3.14.	Subsídios e apoios do Governo	43
3.15.	Locações.....	44
3.16.	Especialização dos exercícios	45
3.17.	Rérito	45
3.18.	Resultados financeiros	45
3.19.	Principais fontes de incerteza das estimativas	45

3.20.	Classificação da demonstração da posição financeira.....	46
3.21.	Eventos subsequentes	46
4.	Fluxos de Caixa	46
5.	Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas	47
6.	Ativos Tangíveis	47
7.	Ativos Intangíveis.....	48
8.	Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial.....	48
9.	Inventários.....	49
10.	Clientes	50
11.	Outros créditos a receber.....	51
12.	Estado e Outros Entes Públicos	52
13.	Diferimentos	53
14.	Variações na rubrica de Património Líquido	53
15.	Capital Subscrito	54
16.	Reservas Legais.....	54
17.	Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido	55
18.	Financiamentos Obtidos	55
19.	Fornecedores.....	56
20.	Outras Dívidas a Pagar	56
21.	Rérito	57
22.	Subsídios à exploração.....	58
23.	Fornecimentos e Serviços Externos	58
24.	Gastos com o Pessoal	59
25.	Outros Rendimentos e Ganhos.....	59
26.	Outros Gastos e Perdas	60
27.	Gastos e Rendimentos Financeiros.....	60
28.	Garantias prestadas	61
29.	Imposto sobre o Rendimento do exercício.....	61
30.	Partes relacionadas.....	62
31.	Disposições Legais	63
32.	Eventos subsequentes	63
10.6.	Mapas Orçamentais	64
10.6.1.	Demonstração do desempenho orçamental.....	65
10.6.2.	Demonstração da execução orçamental da receita	67
10.6.3.	Demonstração da execução orçamental da despesa	69
10.6.4.	Alterações orçamentais da receita.....	71

10.6.5.	Alterações orçamentais da despesa.....	73
11.	Relatório de Conselho Fiscal	75
12.	Certificação Legal de Contas	76

Senhores Acionistas,

De acordo com as disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas da Sociedade “ILHAS DE VALOR, S.A.” referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2020.

1. Empresa

1.1. Informação Geral

Firma: A sociedade do tipo comercial, com o capital social representado por ações tem a denominação – “ILHAS DE VALOR, S.A”.

Data da sua constituição: 29 de dezembro de 2005.

Sede: Rua Dr. Luís Bettencourt, n.º 86 - 1º Andar – 9580-529 Vila do Porto

Capital: 9.000.000,00 €.

O capital encontra-se totalmente realizado e registado.

Participação no Capital Social:

O capital social é constituído por 1 800 000 Ações no valor nominal de cinco euros distribuídas da seguinte forma:

Região Autónoma dos Açores	50,56%	4.550.000,00€
Fundo Regional Apoio Coesão e Desenvolvimento Económico	49,44%	4.450.000,00€

Matrícula na C.R.C. de Vila do Porto: 00152/060120

N.I.P.C.: 512 093 601

Objeto social:

1 – O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

2 - A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:

- a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;
- b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;
- c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;
- d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.

3 - A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:

- a) Reforço do capital do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;
- b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;
- c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;
- d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.

4 – A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

5 – Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.

C.A.E.: 55111 – HOTÉIS COM RESTAURANTE.

C.A.E. Secundário – 93110, 91020 e 70220.

1.2. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais à data do encerramento do exercício tinham a seguinte composição:

1 - Mesa da Assembleia-Geral:

Presidente: José de Sousa Rego – com renúncia a partir de 24 de novembro de 2020

Vice-Presidente: Luís Miguel Alves Vicente da Silva Melo

Secretaria: Vera Cristina Pereira Sousa

2 - Conselho de Administração:

Presidente: Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

Vogal Executivo: Diana Rosa Ávila Valadão

Vogal Executivo: Alberto da Silva Costa

3 - Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único - Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, representada por Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

Fiscal Suplente – Leopoldo Alves & Associado, SROC, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319).

Os Órgãos Sociais são os eleitos em dezembro de 2017, com a composição e aprovação dos respetivos montantes das remunerações em Ata de Assembleia Geral n.º 88, de 15 de dezembro de 2017.

As respetivas remunerações têm sido objeto de aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e de acordo com o previsto nos subsequentes Diplomas de aprovação da Lei do Orçamento de Estado. Assim, e nos termos da alínea i) do artigo 16º do Decreto Legislativo Regional nº 7/2008 (Regime do Setor Público Empresarial da RAA) o montante das Remunerações pagas aos membros do órgão de gestão e administração correspondeu a 144.658,92 € (cento e quarenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e oito euros e noventa e dois céntimos) em 2020.

Os membros da Mesa da Assembleia-Geral, não recebem qualquer remuneração pelo desempenho das respetivas funções.

O Órgão de Fiscalização para exercer as funções de fiscal único efetivo, é a sociedade Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, com sede na Rua Dr. Caetano de Andrade n.º 5-2º Centro, em Ponta Delgada, representada pelo Sr. Dr. Duarte Félix Tavares Giesta (ROC) n.º 520; e para suplente a sociedade Leopoldo Alves & Associado, SROC, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319). Este

órgão é remunerado de acordo com a tabela da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sendo que durante o exercício de 2020 correspondeu ao montante de 11.328,00 € (onze mil trezentos e vinte e oito euros).

Não existe qualquer plano complementar de reforma para o Conselho de Administração.

Os [principais elementos curriculares e funções](#) exercidas por cada membro do Conselho de Administração, e de acordo com a alínea c) do artigo 16º do mesmo Decreto Legislativo Regional, são os seguintes:

Lubélia Maria Melo Figueiredo Chaves, nascida a 26/09/1973 na freguesia e concelho de Vila do Porto, licenciada em Organização e Gestão de Empresas em 1996, pertencente ao quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vila do Porto, desde 1 de abril de 2003 com a carreira/categoria de Técnico Superior em relação jurídica de emprego público por Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado. Encontra-se requisitada em regime de comissão de serviço desde 15/02/2006 a exercer as atuais funções de Presidente do Conselho de Administração na Ilhas de Valor, S.A..

Possui o Curso de "Formação Pedagógica de Formadores" e é Contabilista Certificada, como Membro Nº 35447 inscrita na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, desde 1997.

Para além das funções presentes já desempenhou as abaixo mencionadas:

Vogal Administrativa do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Vila do Porto, desempenhando as funções de Gestão Administrativa e Financeira com responsabilidade na elaboração de Orçamentos, Contas de Gerência, Inventários e procedimentos relativos à Aquisição de Bens e Serviços, à Gestão de Tesouraria, Gestão de Pessoal e Serviços Administrativos de Apoio, no período de 1 de abril de 1998 a 31 de março de 2003.

Diana Rosa Ávila Valadão, nascida a 19/01/1975 em Fontinhas, Praia da Vitória, com Curso Superior de Engenharia de Máquinas, Ramo Energia, pelo Instituto Politécnico Autónomo de Lisboa, sendo-lhe oficialmente reconhecido o grau Bacharel, concluído em 1998, exerce as funções para as quais foi confiada como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 1 de julho de 2009.

- De 1 de outubro de 1997 a 31 de dezembro de 2004, funcionária da empresa José de Meneses Pereira Valadão – metalomecânica;
- De 1 de janeiro de 2005 a 17 de novembro de 2008, funcionária e sócia da empresa José Valadão & Filhos, Lda., metalomecânica e também dedicada à construção civil;
- De novembro de 2008 a junho de 2009, foi Deputada Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;

- Desde 08 de novembro de 2012 é Gerente da sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Alberto da Silva Costa, nascido a 20/08/1956 em Angra do Heroísmo, com a frequência da Licenciatura de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Nova de Lisboa. Exerce as funções para as quais foi confiado como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 09 de abril de 2013.

- Foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Porto de 1983 a 1985;
- Foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Vila do Porto de 1985 a 1992;
- Foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto de 01 de novembro de 1992 até 28 de outubro de 2005;
- De outubro de 2005 a novembro de 2008, foi Deputado Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto de 10 de janeiro de 2009 a maio de 2010.

Todos os membros do Conselho de Administração exercem as diversas funções de Gestão de caráter geral não especificadas, praticando e partilhando os demais atos, com exceção das seguintes:

Na empresa participada Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda foram exercidas funções de Gerente pela Vogal deste Conselho de Administração, Diana Rosa Ávila Valadão.

Nos termos da alínea h) do artigo 16º do Decreto Legislativo Regional nº7/2008 (Regime do setor público empresarial da RAA), o Conselho de Administração da Ilhas de Valor, S.A., reuniu ao longo de 2020 a fim de tratar das questões inerentes ao exercício das atividades para a qual foi criada, nomeadamente para apreciar e decidir sobre os diversos assuntos no âmbito da atividade desenvolvida, contratação de empreitadas e fornecimento de bens e serviços, de pessoal e de financiamentos.

2. Atividades Desenvolvidas

A Ilhas de Valor, S.A., sociedade anónima de capitais públicos, no prosseguimento da sua atividade ao longo do ano de 2020, sofreu um forte impacto na sua atividade normal, motivado pela pandemia da Covid-19, contudo conseguiu desenvolver inúmeras iniciativas que contribuíram para consolidar um conjunto de processos relativos ao desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços, também relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido

para a Região Autónoma dos Açores em 2013, nomeadamente com processos de loteamentos, melhoria e reabilitação. Concluiu algumas das atividades que estavam em curso e com o arranque de novos projetos.

Foi inaugurada a obra de reabilitação do edifício das antigas Oficinas Gerais para adaptação a Incubadora de Empresas de Santa Maria, visando a promoção da inovação e do empreendedorismo.

Neste contexto, a sociedade Ilhas de Valor, S.A., acompanhou, concebeu e executou políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade. Manteve o acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, bem como, a execução de diversos investimentos necessários ao bom funcionamento dessas unidades hoteleiras, assim como o funcionamento e gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão nas Flores, dos Campos de Golfe em São Miguel e Terceira, bem como gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial.

É de realçar, o acompanhamento dado na Incubadora de Empresas às empresas pré-Incubadas, tanto na orientação jurídica, financeira e na ajuda ao arranque das atividades empresariais, com formação e mentoria, numa partilha de boas práticas e conhecimento, vetores que se pretendem sempre traduzir na inovação, eficiência organizacional e vantagens para os empreendedores.

Manteve-se o acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, assim como o funcionamento e gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão das Flores, à gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial.

Procedeu-se também ao acompanhamento da atividade da empresa participada, Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Porém o ano de 2020, ficou condicionado pelo surto de coronavírus – COVID-19, um surto pandémico que nos obrigou por decisão governamental, a suspender a atividade presencial, até ao mês de junho, tendo sido um momento complexo que vivemos motivado pela pandemia, com impactos reais e tendo em conta que os empresários não puderam desenvolver as suas atividades. Face a esta situação de pandemia motivada pela Covid-19 o plano inicial de atividades sofreu grandes condicionalismos, contudo foi possível organizar diversos eventos, nomeadamente formações, ações de sensibilização, workshops e webinars.

2.1. Ilha de Santa Maria

2.1.1. Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria

Procedeu-se ao acompanhamento dos processos de loteamentos em bairros situados na Zona do Aeroporto de Santa Maria, privilegiando o direito à habitação das famílias que residem naquela zona, que passaram a ter ao seu dispor diversas soluções, como a aquisição das habitações ou o arrendamento com opção de compra.

Ao longo de 2020 desenvolveram-se diversas ações de manutenção e dinamização dos diversos espaços públicos e edifícios comerciais, tendo em vista o aproveitamento para efeitos de turismo, comércio, indústria e/ou serviços e sua rentabilização, bem como trabalhos de limpeza e manutenção das áreas circundantes e zonas públicas do Lugar do Aeroporto e ainda a dinamização dos espaços e áreas.

IMAGEM 1 E 2: ZONA DO AEROPORTO DE SANTA MARIA



2.1.2. Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria

Em março de 2020 ocorreu a inauguração e abertura da Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria, INCUBA+, obra iniciada em maio de 2018 e que reabilitou o Edifício das antigas oficinas no Aeroporto de Santa Maria. Este investimento corresponde a um valor superior a 1 milhão e 800 mil euros, com financiamento comunitário PO2020 e o restante por orçamento da Ilhas de Valor, S.A. no âmbito de Contrato Programa da Coesão. O mesmo corresponde a empreitada e ainda aquisição de diversos equipamentos e mobiliário essenciais.

Com a inauguração foram assinados 24 contratos de pré-Incubação, o que só por si veio dar a resposta da importância que a comunidade mariense deu a esta valência, tendo aparecido ao longo do ano mais manifestações de interesse para adesão à Incubadora de Empresas.

IMAGEM 3 E 4: INCUBADORA DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL DE SANTA MARIA -INCUBA+



Também no ano de 2020 foram concluídos outros trabalhos na Incubadora, nomeadamente pavimentos e pequenas obras de ajustamento em espaços do edifício.

A Incubadora de Santa Maria contava à data de dezembro de 2020 com 22 projetos em contrato de Pré-Incubação o que representa uma taxa de ocupação de cerca de 95% da capacidade instalada.

Se tivermos em conta que o período de funcionamento é inferior a 1 ano, podemos concluir que se tratou de um enorme êxito a apostila da criação dessa estrutura na ilha de Santa Maria. Face à atual situação de pandemia motivada pela Covid-19 o plano inicial de atividades sofreu grandes condicionalismos, contudo foi possível organizar diversos eventos, nomeadamente formações, ações de sensibilização, workshops e webinars.

2.1.3. I Bootcamp de Empreendedorismo de Santa Maria

De 20 a 22 de fevereiro foi realizado o “I Bootcamp de Empreendedorismo de Santa Maria”. As Incubadoras de Empresas assumem um papel enquanto fator de promoção da inovação, contrariando a taxa de insucesso dos negócios e garantindo um ambiente de confiança, através do seu suporte, perante os riscos do investimento.

No sentido de desenvolver os conhecimentos da comunidade empreendedora, a Ilhas de Valor, S.A. promoveu na Incubadora este evento com formação dos empreendedores e empresários, com sessões de formação na área do empreendedorismo, finanças e medidas de apoio empresarial.

Esta formação é anterior às medidas do Covid-19, tendo sido aberta também aos empresários locais e contou com 42 participantes.

Nesta formação foi também promovida a capacitação dos Técnicos da Incubadora.

2.1.4. Formação aos Empreendedores e aos Técnicos da Incubadora

Tendo em vista assegurar aos empreendedores ferramentas mínimas para o seu início de atividade, foram realizadas ainda as seguintes formações:

- Workshop Marketing Digital;
- Formação em Primeiros Socorros;
- Formação em Gestão de Resíduos e Ambiente;
- Webinars com a Direção Regional da Ciência e Tecnologia, em que os empreendedores esclareceram as suas dúvidas;
- Formação e capacitação aos Técnicos da Incubadora.

2.2. Ilha Graciosa

O turismo na Graciosa é sem dúvida uma das fortes componentes da atividade económica, através das suas gentes e a sua conhecida hospitalidade, com séculos de experiência, promovendo um contato com a natureza, cultura e história.

Para o Hotel Resort da Graciosa, unidade hoteleira de 4 estrelas, a Ilhas de Valor, S.A., tem um contrato de cessão de exploração com a Fundação INATEL desde o início do seu funcionamento em 2009.

Para o ano de 2020 estava previsto efetuarmos diversas obras de reabilitação e aquisição de equipamentos que se mostravam necessárias tendo em vista uma melhoria dos serviços prestados, que se pretende que sejam de qualidade. Nomeadamente na reparação de infiltrações, reparação e melhoria da piscina e porta principal de acesso ao hotel. Apesar de termos orçamentado para 2020 um montante de 160.000,00 € face à situação de pandemia não foi possível prosseguirmos com tal investimento pelo que não foi investido qualquer verba nessa unidade hoteleira no ano de 2020, estando previsto para 2021.

2.3. Ilha das Flores

2.3.1. Hotel das Flores

A Ilhas de Valor, S.A. mantém a cessão da Exploração do Hotel das Flores com a Fundação INATEL. Ao longo do ano de 2020 e anteriores, tem sido mantido o acompanhamento no funcionamento e exploração da atividade Hoteleira.

O Hotel das Flores foi um investimento basilar e que tem tido um efeito reprodutivo muito saliente no desenvolvimento da Ilha, até porque se associa a outros investimentos em infraestruturas florentinas importantes e ligadas à atividade turística, como é o caso do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão e Centro de Interpretação Ambiental, reforçando e impulsionando a atividade económica da ilha, gerando empregos diretos e dinamizando atividades com ela relacionadas.

Tal como previsto no nosso Plano de Atividades para 2020 foram efetuadas pequenas intervenções de reabilitação e melhoria no Hotel das Flores.

IMAGEM 5 E 6: HOTEL DA GRACIOSA E FLORES



2.3.2. Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão

No Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão (CIAB), manteve-se o acompanhamento e parceria no desenvolvimento da atividade, como fator importante de oferta turística desta Ilha, estando a gestão e funcionamento do mesmo a cargo do departamento governamental na área do Ambiente.

O Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão (CIAB) foi concebido nos tanques onde se armazenava o óleo da baleia que era derretido na Fábrica da Baleia do Boqueirão. É um espaço dedicado à promoção e ao conhecimento dos locais com maior interesse ambiental da ilha, com destaque para os ambientes marinhos.

Este empreendimento contribui para a valorização dos empreendimentos circundantes, propriedade da Ilhas de Valor S.A., como o Hotel e o Museu.

2.3.3. Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão

O Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão assume como missão a salvaguarda da sua coleção, assegurando uma investigação contínua, a par do seu enriquecimento e divulgação, no sentido de eternizar aquela que foi uma parcela significativa da História da Ilha das Flores e que é transversal a todos os açorianos.

Procedeu-se à aquisição de diverso equipamento e mobiliário, sempre apostando na melhoria e inovação da oferta, nomeadamente com equipamento de projeção e merchandising, com vista à valorização dos produtos e estimulando as vendas no próprio local de exposição. Manteve-se esta infraestrutura em funcionamento com a manutenção de 4 postos de trabalho, sendo 3 efetivos e 1 ao abrigo do Programa Estagiar T. Face à pandemia gerada pela COVID-19 existiu uma significativa redução do número de visitantes tendo-se registado em 2019 proximamente 6.100 visitantes sofrendo uma significativa redução em 2020 para 3064 visitantes.

IMAGEM 7 E 8: MUSEU DA FÁBRICA DA BALEIA DO BOQUEIRÃO



Por conta do Contrato Programa celebrado para a Coesão, são também assumidos os encargos com o respetivo pessoal e todas as despesas de funcionamento do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão nas Flores.

2.4. Ilha de São Jorge

Tal como em anos anteriores, no decurso do exercício de 2020 a empresa procedeu ao acompanhamento da atividade desta unidade, verificando-se um importante e imenso contributo na atividade turística, atuando como um dos pilares de desenvolvimento e progresso socioeconómico da ilha, possibilitando desta forma o pagamento de investimentos relacionados com a empreitada e respetivos equipamentos.

Em maio de 2019 foi celebrado um Contrato de cedência de exploração entre a Região Autónoma dos Açores, Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda e a sociedade PJA - Pousadas de Juventude dos Açores, S.A., em substituição ao Contrato de cessão de exploração celebrado a vinte e nove do mês de julho do ano de 2011, atendendo a que o atual modelo de exploração se encontrava desajustado dos objetivos definidos pelo Governo Regional para as pousadas da Região, de uma gestão inteiramente privada, é aprovado um único contrato de cedência de exploração, que substituiu o conjunto de títulos contratuais atualmente em vigor conforme a Resolução do Conselho do Governo n.º 46/2019 de 2 de abril de 2019. Apesar de estar orçamentado um investimento de cerca de 55.000,00 € para o ano de 2020, face à situação de pandemia, não foi possível efetuar qualquer investimento nessa unidade hoteleira, prevendo-se para o ano de 2021.

IMAGEM 9: Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo



2.5. Investimento/Exploração dos Campos de Golfe das Ilhas de São Miguel e Terceira

A sociedade Ilhas de Valor, S.A. desde março de 2010 explora os Campos de Golfe da ilha de São Miguel, conforme previsto no contrato de Cessão de Exploração celebrado com a Verdegolf, S.A., em 2010, e dando cumprimento ao contratualizado e aprovado em Assembleia Geral desta sociedade. A

Ilhas de Valor, S.A. assumiu então todos os proveitos e custos decorrentes do funcionamento da atividade dos Campos de Golfe da ilha de São Miguel. A atividade dos Campos consiste na prática da modalidade, gestão de torneios e eventos ligados ao golfe, aulas, loja especializada denominada proshop e ocupação de tempos livres. Para além desta atividade, que é o core-business deste negócio, os Campos de Golfe também possuem duas infraestruturas sociais, denominadas Clubhouse, onde se desenvolvem as atividades complementares a este negócio como é o serviço de bar, restauração, festas, banquetes e apoio aos eventos.

Em outubro de 2015, foi celebrado o contrato de Cessão de exploração com o Clube de Golfe da Ilha Terceira, sendo a única entidade responsável pelo fomento e prática de golfe na ilha Terceira e tendo em consideração o interesse turístico do golfe para o Turismo dos Açores. Entende-se que o Golfe trata-se de um produto capaz de gerar fluxos turísticos consideráveis, sejam integrados em eventos desportivos seja na prática individual.

Têm vindo a ser promovidos anualmente diversos eventos de golfe, que tem como objetivo consolidar o interesse dos campos de golfe dos Açores como um destino Europeu de qualidade onde se pode jogar golfe ao longo de todo o ano. Vários eventos tanto de cariz nacional como internacional vem sendo realizados, muitas vezes alternando os campos de golfe entre São Miguel e a Terceira, permitindo uma maior exposição das infraestruturas, promovendo o destino e sobretudo provocando um efeito multiplicador na economia das ilhas.

Tendo a Verdegolf, S.A. entrado em insolvência, em 2019 procedeu-se à aquisição à massa insolvente resultante de deliberação judicial, os campos de golfe da Batalha e das Furnas, conforme objetivo definido pelo Governo Regional dos Açores para esta atividade e deliberação da Assembleia Geral da Ilhas de Valor, S.A..

Em 2020 a atividade dos campos foi reduzida a 10 meses, pelo que houve a necessidade de encerrar ao público conforme as medidas sanitárias impostas. No entanto, as funções relacionadas com a manutenção do campo continuaram a ser realizadas sem interrupções.

Face à situação pandémica existiram vários períodos de inatividade dos campos de Golfe pelo que se aproveitou esse período para efetuar a remodelação e o isolamento do telhado do Clubhouse do campo de golfe da Batalha.

Na cozinha do clubehouse das Furnas foram efetuadas diversas obras, nomeadamente substituição do piso existente por antiderrapante, substituição dos azulejos das paredes, pintura de tetos e paredes e melhoramentos estruturais.

Ainda, durante o ano de 2020, por avaria da bomba do furo do campo de golfe da Batalha e, tendo em conta que esta é essencial à rega do campo, houve a necessidade da mesma ser substituída.

A atividade de Golfe é uma das atividades da Ilhas de Valor, S.A. que gera receitas próprias, contudo face ao impacto causado pela COVID-19 foi registado uma quebra de receitas de 53%.

IMAGEM 10 E 11: INSTALAÇÕES CAMPO GOLFE S. MIGUEL



2.6. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial

Relativamente às Medidas de Apoio às Empresas e conforme definido em Resolução do Conselho do Governo, a Ilhas de Valor, S.A. é a Entidade Gestora das Linhas de Apoio às Empresas (EGL). Em relação a cada uma das Linhas tem-se:

2.6.1. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva. Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. Em novembro de 2014, um segundo aditamento veio permitir um alargamento do prazo da operação e/ou um novo período de carência.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2019	4.695.797,04
Montante Executado em 2020	16.785,55

2.6.2. Linha de Crédito Acores Investe II

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividades enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de euros e posteriormente em mais 5 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses, para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 59 operações.

Montante Executado até 31/12/2019	10.003.824,62
Montante Executado em 2020	1.000.017,72

2.6.3. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 54 operações.

Unidade: Euros	
Montante Executado até 31/12/2019	10.672.596,36
Montante Executado em 2020	711.988,25

2.6.4. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária empresas dos Açores e Apoio à Liquidez

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a

empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser efetuada ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento.

Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 47 operações, 1 das quais ainda está ativa e beneficiam da referida Resolução. Posteriormente em novembro de 2014, foi acordado um segundo aditamento, que veio permitir um alargamento do prazo e/ou do período de carência, e que abrangeu, até ao momento, 46 empresas, estando 6 delas ainda ativas.

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
Micro	184	53,5%	24.304.575,31	810
Pequena	117	34,0%	34.183.613,70	1.674
Média	39	11,3%	20.524.259,32	1.530
Grande	4	1,2%	511.691,66	362
TOTAL	344		79.524.139,99	4.376
Aprovadas	344	91,0%		
Desistências	24	6,3%		
Não aprovada	10	2,6%		
Ilha	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
SMA	0	0,0%	0,00	0
SMG	173	50,3%	49.374.639,96	2867
TER	67	19,5%	13.029.848,95	644
FAI	47	13,7%	7.803.089,16	386
PIC	18	5,2%	3.045.763,34	123
SJO	27	7,8%	3.604.888,77	201
GRA	6	1,7%	880.940,49	39
FLO	6	1,7%	1.784.969,32	116
COR	0	0,0%	0,00	0
Aprovadas	344		79.524.139,99	4.376

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2019	7.490.296,00
Montante Executado em 2020	1.212.753,96

2.6.5. Medidas de Apoio ao Emprego

Programa de Estabilização do Emprego (PEE) - Medida excepcional criada com o objetivo de apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos). O Programa foi aberto em agosto de 2013 e consistia num empréstimo sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 € (microempresas) e 100.000,00 € (pequenas e médias empresas). Foram aprovadas pela EGL 60 candidaturas tendo esta medida abrangido 478 pessoas e disponibilizado 1,9 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 14 de dezembro de 2017.

Atualmente, a EGL está a gerir e a pagar bonificações de 27 candidaturas, ainda ativas, que beneficiaram do referido Programa.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2019	169.123,11
Montante Executado em 2020	58.454,52

2.7. Compromissos Financeiros e Financiamento

Em 31 de dezembro de 2020, a empresa tinha uma responsabilidade no valor de 12.695.560,44 € (doze milhões seiscentos e noventa e cinco mil quinhentos e sessenta euros e quarenta e quatro centimos), proveniente de empréstimos a médio e longo prazo, celebrados com as instituições financeiras Novo Banco dos Açores; Santander Totta e Bankinter. Este montante é inferior ao ano anterior atendendo ao valor de amortizações de 563.313,96€ reduzindo a dívida durante 2020.

Também estão incluídos os financiamentos resultantes dos contratos de incentivos celebrados no âmbito do SIDER-Desenvolvimento Estratégico, para os investimentos de dois Hotéis (Graciosa e Flores).

A empresa Ilhas de Valor, S.A., não apresenta qualquer financiamento bancário de curto prazo no final de 2020.

No que respeita a fontes de financiamento para as ações e projetos de investimento atrás expostos é de referir que a Sociedade Ilhas de Valor, S.A., contou com um Contrato-Programa com a Região para financiamento do plano de investimentos e de atividades gerais e subjacentes à própria empresa emergentes do mesmo, do qual foi recebido o valor de 3.200.000,00 € (três milhões e duzentos mil euros), no âmbito da Coesão até 31 de dezembro de 2020.

Por outro lado, e sendo a Ilhas de Valor, S.A., entidade gestora das Linhas de Crédito de Apoio às Empresas, também contou com o valor de 3.000.000,00 € (três milhões de euros) por conta de Contrato-Programa.

3. Recursos Utilizados

3.1. Recursos Humanos

No final do exercício de 2020 totalizavam 11 trabalhadores, sendo 7 trabalhadores afetos aos serviços da Ilhas de Valor, S.A. em Santa Maria e 4 trabalhadores na ilha das Flores.

A Ilhas de Valor, S.A., também contou com 71 trabalhadores afetos à exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, sendo que 65 são efetivos e 6 trabalhadores em programas Estagiar.

3.2. Recursos Técnico-Investimentos

Os investimentos mais relevantes ao longo de 2020 foram ao nível do imobilizado e inclui essencialmente as rubricas de Edifícios e Outras Construções e de Equipamento Básico, decorrente da conclusão do investimento na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria no valor total de 2.310.491,86 euros.

Os investimentos acumulados representam:

- **Ativo tangível** – 23.894.284,71 € (vinte e três milhões oitocentos e noventa e quatro mil duzentos e oitenta e quatro euros e setenta e um cêntimos);

4. Situação Económica – Financeira

4.1. Situação Económica

4.1.1. Proveitos

Verifica-se em 2020 uma diminuição no que respeita às vendas e prestações de serviços, decorrente essencialmente das consequências da pandemia Covid-19. Relativamente aos Subsídios à Exploração, esta conta reflete o valor dos Contratos Programa celebrados e outros subsídios de Apoio ao Emprego no total de 2.973.441,09 € (dois milhões novecentos e setenta e três mil quatrocentos e quarenta e um euros e nove cêntimos).

4.1.2. Custos

Por outro lado, a empresa regista um aumento em fornecimentos e serviços durante 2020 quando comparado com o ano anterior motivada pelo aumento dos encargos com trabalhos especializados, bem como, com a aquisição de material para a prevenção e combate à Covid 19. A rúbrica de gastos com pessoal registou uma ligeira variação negativa.

4.1.3. Resultados

	31-Dez-20	31-Dez-19
Resultados operacionais	987 392,10	1 603 508,77
Resultados financeiros	(270 228,98)	(279 402,09)
Resultados antes de impostos	717 163,12	1 324 106,68
Resultado líquido do exercício	584 441,16	1 066 727,24

Como podemos observar no quadro anterior, o resultado da empresa é positivo, mas com uma diminuição considerável em relação ao ano anterior.

4.2. Situação Financeira

Tendo em conta uma análise comparativa e/ou evolutiva no exercício de 2019 e 2020, podemos observar e constatar o elevado valor que se encontra registado nas rubricas do Património Líquido correspondendo ao seu capital social, o que confere à empresa uma elevada solidez financeira. Por outro lado, o seu Passivo Total é inferior comparativamente a anos anteriores, por via da amortização de capital de financiamentos bancários. Refira-se que a dívida da empresa é a longo prazo, tendo menos impacto na tesouraria da mesma.

4.3. Dados Económico – Financeiros

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa. Como anteriormente referimos é de salientar a diminuição do passivo da Ilhas de Valor, S.A..

	31-Dez-20	31-Dez-19
Total de Proveitos	3 746 490,26	4 359 928,20
Volume de Negócios	424 313,83	936 582,34
Resultados Financeiros	(270 228,98)	(279 402,09)
EBIT (Resultados Operacionais)	987 392,10	1 603 508,77
EBITDA (Cash-flow Operacional)	1 453 542,63	2 002 748,52
Resultados Antes de Impostos	717 163,12	1 324 106,68
Resultado Líquido do Exercício	584 441,16	1 066 727,24
Rendibilidade dos Capitais Próprios	3,10%	5,78%
Rendibilidade das Vendas	137,74%	113,90%
Liquidez Geral	228,54%	267,91%
Autonomia Financeira	40,39%	39,61%
Solvabilidade	67,77%	65,60%
Endividamento	59,61%	60,39%

Como se pode observar no quadro anterior, a empresa regista uma manutenção do nível de endividamento de cerca de 60%. O grau de solvabilidade e autonomia financeira da empresa também registam níveis semelhantes ao ano anterior.

4.4. Indicadores Económico – Financeiros

	31-Dez-20	31-Dez-19
Rendibilidade operacional	232,70%	171,21%
Rendibilidade Financeira	3,10%	5,78%
Rendibilidade Económica	1,25%	2,29%
Grau de alavanca operacional	-41,14%	6,00%
Grau de alavanca financeira	137,68%	121,10%
Grau de alavanca combinada	-41,14%	6,00%
Grau de Cobertura de Imobilizado	80,90%	77,88%

5. Factos Relevantes após o Termo do Exercício

O que aconteceu durante o ano de 2020, a pandemia de Covid 19, teve um grande impacto na empresa motivada pelo facto de termos tido que encerrar a atividade por diversas vezes, bem como, a redução significativa de turistas a virem visitar os Açores.

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não tinham ocorrido outros eventos após a data de 31 de dezembro de 2020 que pudessem modificar as demonstrações financeiras à data de emissão das mesmas ou motivar a inclusão de divulgações adicionais, para além das que foram incluídas nas notas anexas às presentes demonstrações financeiras.

6. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

7. Perspetivas

Atendendo que neste momento a Região Autónoma dos Açores já está em curso o processo de vacinação da população, prevemos que o ano de 2021 seja melhor em todos os níveis da nossa atividade, do que o registado em 2020

Para ano de 2021 devem continuar algumas das atividades já iniciadas nos anos anteriores e o desenvolvimento das estratégias mais apropriadas para que, em cada ilha, se desenvolvam os investimentos mais adequados, sem descurar o contínuo apoio às empresas e empresários na Região.

Assim, esta Sociedade, para além de dar continuidade aos projetos definidos e iniciados anteriormente, propõe desenvolver as seguintes ações:

* Continuar a analisar e acompanhar as necessidades de investimento em cada uma das ilhas, a fim de ser ponderada e estudada a possibilidade de a Sociedade Ilhas de Valor, S.A. contribuir para o desenvolvimento das mesmas.

* Dinamizar um maior número de formações, workshops e webinars de forma a fornecer mais apoio aos nossos residentes na incubadora, bem como, as todos os empresários que pretendam participar.

8. Agradecimentos

No encerramento de mais um ano de atividade, este Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento às entidades e empresas com que a Ilhas de Valor, S.A., se tem relacionado, bem como a todos os acionistas, os demais órgãos sociais, e em especial aos nossos colaboradores e trabalhadores pela disponibilidade, dedicação e empenho demonstrados.

9. Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido do exercício apurado no exercício de 2020 foi de 584.441,16 € (quinhentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e um euros e dezasseis céntimos), propondo o Conselho de Administração a aplicação em reserva legal de 30.000,00 € (trinta mil euros) correspondente aos 5% do resultado líquido e o valor restante de 554.441,16 € (quinhentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e um euros e dezasseis céntimos) para resultados transitados.

Vila do Porto, 19 de abril de 2021

O Conselho de Administração

10. Contas

- ✓ **BALANÇO**
- ✓ **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**
- ✓ **MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DE CAPITAL**
- ✓ **ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**
- ✓ **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
- ✓ **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
- ✓ **MAPAS ORÇAMENTAIS**

10.1. Balanço em 31 de dezembro de 2020

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2020
(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	31.12.2020	31.12.2019
ATIVO			
Ativos fixos tangíveis	6	23 894 284,71	24 022 266,67
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	7	-	-
Participações financeiras - método eq. patrimonial	8	511 565,65	540 070,55
Outros ativos financeiros		743,89	355,20
Ativos por impostos diferidos		-	-
Total dos Ativos Não Correntes		24 406 594,25	24 562 692,42
Inventários	9	62 091,61	68 108,12
Clientes	10	61 209,87	143 979,42
Estado e outros entes públicos	12	340 103,27	429 802,24
Outros créditos a receber	11	21 634 529,48	21 064 684,43
Diferimentos	13	182,92	191,57
Caixa e depósitos bancários	4	195 778,42	309 622,95
Total dos Ativos Correntes		22 293 895,57	22 016 388,73
TOTAL DO ATIVO		46 700 489,82	46 579 081,15
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Capital subscrito	15	9 000 000,00	9 000 000,00
Reservas legais	16	775 000,00	720 000,00
Outras reservas			
Resultados transitados	14	7 014 128,49	6 061 154,08
Ajustamentos /outras variações no capital próprio	17	1 490 747,25	1 604 352,06
Resultado líquido do período		584 441,16	1 066 727,24
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		18 864 316,90	18 452 233,38
PASSIVO			
Financiamentos obtidos	18	11 431 452,41	13 258 874,40
Outras dívidas a pagar	20	6 650 000,00	6 650 000,00
Total dos Passivos Não Correntes		18 081 452,41	19 908 874,40
Fornecedores	19	55 369,91	46 399,10
Estado e outros entes públicos	12	167 977,23	298 051,13
Financiamentos obtidos	18	1 264 108,03	-
Outras dívidas a pagar	20	8 267 265,34	7 873 523,14
Diferimentos		-	-
Total dos Passivos Correntes		9 754 720,51	8 217 973,37
TOTAL DO PASSIVO		27 836 172,92	28 126 847,77
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		46 700 489,82	46 579 081,15

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

10.2. Demonstração dos Resultados por Natureza/Funções em 31 de dezembro de 2020

Demonstração Individual dos Resultados por Natureza
Período findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GANHOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	21	424 313,83	936 582,34
Subsídios à exploração	22	2 973 441,09	3 003 128,80
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	(11 723,08)	(11 567,89)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(112 135,74)	(196 130,78)
Fornecimentos e serviços externos	23	(718 363,41)	(644 182,45)
Gastos com o pessoal	24	(1 394 775,12)	(1 418 317,03)
Outros rendimentos	25	348 735,34	420 217,06
Outros gastos	26	(55 950,28)	(86 981,53)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 453 542,63	2 002 748,52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(466 150,53)	(399 239,75)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		987 392,10	1 603 508,77
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	27	(270 228,98)	(279 402,09)
Resultado antes de impostos		717 163,12	1 324 106,68
Imposto sobre o rendimento do período	29	(132 721,96)	(257 379,44)
Resultado líquido do período		584 441,16	1 066 727,24

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

Demonstração de Resultados por Funções

Demonstração Individual dos Resultados por Funções
Período findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GANHOS	2020	2019
Vendas e serviços prestados	424 313,83	936 582,34
Custo das vendas e serviços prestados	(830 499,15)	(840 313,23)
Resultado bruto	(406 185,32)	96 269,11
Outros rendimentos	3 322 176,43	3 423 345,86
Gastos de distribuição	-	-
Gastos administrativos	(1 928 599,01)	(1 916 106,20)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-
Outros gastos	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	987 392,10	1 603 508,77
Gastos de financiamento (líquidos)	(270 228,98)	(279 402,09)
Resultado antes de impostos	717 163,12	1 324 106,68
Imposto sobre o rendimento do período	(132 721,96)	(257 379,44)
Resultado líquido do período	584 441,16	1 066 727,24

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

10.3. Movimentos ocorridos nas rubricas de capital

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido - Exercício de 2019

(Valores expressos em euros)

	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital									Total do património líquido
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários		
Posição no Início do Período 2019	1	9 000 000,00	620 000,00	-	4 060 827,71	612 532,16	1 974 614,12	16 267 973,99	-	16 267 973,99
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	100 000,00	-	2 000 326,37	991 819,90	(1 974 614,12)	1 117 532,15	-	1 117 532,15
	2	-	100 000,00	-	2 000 326,37	991 819,90	(1 974 614,12)	1 117 532,15	-	1 117 532,15
Resultado Líquido do Período	3						1 066 727,24	1 066 727,24	-	1 066 727,24
Resultado Integral	4=2+3						(907 886,88)	(907 886,88)	-	(907 886,88)
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2019	6=1+2+3+5	9 000 000,00	720 000,00	-	6 061 154,08	1 604 352,06	1 066 727,24	18 452 233,38	-	18 452 233,38

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido - Exercício de 2020

(Valores expressos em euros)

	1	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital								Total do património líquido
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	
Posição no Início do Período 2020	1	9 000 000,00	720 000,00	-	6 061 154,08	1 604 352,06	1 066 727,24	18 452 233,38	-	18 452 233,38
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	55 000,00	-	952 974,41	(113 604,81)	(1 066 727,24)	(172 357,64)	-	(172 357,64)
	2	-	55 000,00	-	952 974,41	(113 604,81)	(1 066 727,24)	(172 357,64)	-	(172 357,64)
Resultado Líquido do Período	3						584 441,08	584 441,08	-	584 441,08
Resultado Integral	4=2+3						(482 286,16)	(482 286,16)	-	(482 286,16)
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2020	6=1+2+3+5	9 000 000,00	775 000,00	-	7 014 128,49	1 490 747,25	584 441,08	18 864 316,82	-	18 864 316,82

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

10.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Direto

	2020	2019
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	507 083,38	1 121 495,77
Pagamentos a fornecedores	(815 511,83)	(876 256,94)
Pagamentos ao pessoal	(1 394 775,12)	(1 418 317,03)
Caixa gerada pelas operações	<u>(1 703 203,57)</u>	<u>(1 173 078,20)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(83 526,44)	(646 861,25)
Outros recebimentos/pagamentos	(668 029,46)	628 499,73
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	<u>(2 454 759,47)</u>	<u>(1 191 439,72)</u>
 Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(285 498,08)	(8 293 584,68)
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
	<u>(285 498,08)</u>	<u>(8 293 584,68)</u>
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Subsídios ao investimento	258 973,66	1 154 347,15
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	-	-
	<u>258 973,66</u>	<u>1 154 347,15</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	<u>(26 524,42)</u>	<u>(7 139 237,53)</u>
 Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	2 985 000,00	10 160 000,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	<u>3 200 982,30</u>	<u>3 003 128,80</u>
	<u>6 185 982,30</u>	<u>13 163 128,80</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(3 548 313,96)	(4 856 321,66)
Juros e gastos similares	(270 228,98)	(279 402,09)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	<u>(3 818 542,94)</u>	<u>(5 135 723,75)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	<u>2 367 439,36</u>	<u>8 027 405,05</u>
 Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	<u>(113 844,53)</u>	<u>(303 272,20)</u>
Efeito das diferenças de câmbio	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>309 622,95</u>	<u>612 895,15</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>195 778,42</u>	<u>309 622,95</u>

10.5. Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício Económico de 2020

1. Identificação da Entidade

A Ilhas de Valor, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos, constituída em 29 de dezembro de 2005, com a sua sede na Rua Dr. Luís Bettencourt 86 – 1º Vila do Porto. A empresa tem por principal atividade o planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

A Ilhas de Valor, S.A. acompanha e executa políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade. Tem ainda como atividade, o acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, a gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão das Flores, a gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, a gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial, bem como o desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores em 2013, com a venda de habitações.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

A sociedade apresenta as suas demonstrações financeiras em conformidade com o sistema de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

De referir que as contas ora apresentadas referem-se às contas individuais.

Sempre que o SNC AP não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as

Normas Internacionais de Contabilidade que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS") emitidos pela *International Standards Committee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respectivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC").

2.2. Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Ilhas de Valor, S.A. e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rúbricas de gastos ou rendimentos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Anos de vida útil	
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	3 - 12
Equipamento administrativo	3 - 12

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.3. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles adviem benefícios económicos futuros para a sociedade, se foram efetivamente controlados e se o seu valor for mensurável com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.4. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que refletem o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber,

antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.5. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e subsidiárias são registados como rendimentos financeiros, na medida em que resultem de lucros gerados após a sua aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento efetuado.

Tratando-se de dividendos obtidos de empresas do grupo e subsidiárias a que é aplicado o método da equivalência patrimonial, são ajustados diretamente na conta de investimentos financeiros.

É também de referir que quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra escriturado, o investimento é relatado pelo valor nulo.

3.6. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos

incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.

3.7. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

3.8. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.10. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica “Outros passivos correntes”.

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período comprehende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio.

Imposto Corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,8%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei nº 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto Diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

3.12. Benefícios aos empregados

A empresa reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

3.13. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.14. Subsídios e apoios do Governo

As comparticipações financeiras atribuídas pelo Estado Português, pelo Governo Regional e pela União Europeia ou organismos semelhantes, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela ILHAS DE VALOR são reconhecidos pelo seu justo valor, nomeadamente pelo valor fixado no contrato

assinado entre as partes, e quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas, e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo, na rubrica de financiamentos obtidos.

Os subsídios à exploração estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, mesmo período em que os gastos associados são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

No caso de subsídios mistos, como o caso do Contrato-programa Coesão atribuído anualmente pela RAA, é apurada a parcela destinada a investimento e registada na rubrica de Capital Próprio, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. A parcela destinada a apoio à exploração é reconhecida na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

3.15. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das

rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como gastos na demonstração consolidada de resultados do período a que dizem respeito.

3.16. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17. Réido

O Réido corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Ilhas de Valor. O réido é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

3.18. Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

3.19. Principais fontes de incerteza das estimativas

A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo,

capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.20. Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

3.21. Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019 têm a seguinte composição:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Caixa	1 124,91	5 538,87
Depósitos à ordem	194 653,51	304 084,08
	195 778,42	309 622,95

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados e corrigidos erros materiais.

6. Ativos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
A 1 de janeiro de 2020								
Custo de aquisição	6 667 331,47	18 720 987,94	646 707,71	64 902,75	229 364,87	308 434,10	1 995 726,79	28 633 455,63
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(3 488 083,29)	(534 869,83)	(64 902,75)	(214 898,99)	(308 434,10)	-	(4 611 188,96)
Valor líquido	6 667 331,47	15 232 904,65	111 837,88	-	14 465,88	-	1 995 726,79	24 022 266,67
Movimento do exercício								
Adições	-	120 004,92	174 968,11	-	30 714,71	-	12 480,83	338 168,57
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	2 008 207,62	-	-	-	-	(2 008 207,62)	-
Depreciação - período	-	(416 984,00)	(41 505,43)	-	(7 661,10)	-	-	(466 150,53)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
	6 667 331,47	16 944 133,19	245 300,56	-	37 519,49	-	-	23 894 284,71
31 de dezembro de 2020								
Custo de aquisição	6 667 331,47	20 849 200,48	821 675,82	64 902,75	260 079,58	308 434,10	-	28 971 624,20
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(3 905 067,29)	(576 375,26)	(64 902,75)	(222 560,09)	(308 434,10)	-	(5 077 339,49)
Valor líquido	6 667 331,47	16 944 133,19	245 300,56	-	37 519,49	-	-	23 894 284,71

A principal variação nos ativos fixos tangíveis resume-se às rubricas de Edifícios e Outras Construções e de Equipamento Básico, decorrente da conclusão do investimento na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria no valor total de 2.310.491,86 euros.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
A 1 de janeiro de 2019								
Custo de aquisição	907 971,75	17 104 547,64	538 003,36	64 902,75	228 580,40	308 434,10	492 185,45	19 644 625,45
Imparidade acumulada	-	(3 113 663,53)	(515 235,41)	(64 902,75)	(209 713,42)	(308 434,10)	-	(4 211 949,21)
Depreciações acumuladas	-							
Valor líquido	907 971,75	13 990 884,11	22 767,95	-	18 866,98	-	492 185,45	15 432 676,24
Movimento do exercício								
Adições	5 759 359,72	1 616 440,30	108 704,35	-	784,47	-	1 503 541,34	8 988 830,18
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - período	-	(374 419,76)	(19 634,42)	-	(5 185,57)	-	-	(399 239,75)
Depreciação - alienações	-							
6 667 331,47	15 232 904,65	111 837,88	-	14 465,88	-	-	1 995 726,79	24 022 266,67
31 de dezembro de 2019								
Custo de aquisição	6 667 331,47	18 720 987,94	646 707,71	64 902,75	229 364,87	308 434,10	1 995 726,79	28 633 455,63
Imparidade acumulada	-	(3 488 083,29)	(534 869,83)	(64 902,75)	(214 898,99)	(308 434,10)	-	(4 611 188,96)
Depreciações acumuladas	-							
Valor líquido	6 667 331,47	15 232 904,65	111 837,88	-	14 465,88	-	1 995 726,79	24 022 266,67

7. Ativos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “ativos intangíveis” apresentava a seguinte composição:

	Projetos de desenvolvimento	Software	Outros activos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
A 1 de janeiro de 2020					
Custo de aquisição	-	-	383 991,32	-	383 991,32
Amortizações acumuladas	-	-	(383 991,32)	-	(383 991,32)
Valor líquido	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Amortização - período	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2020					
Custo de aquisição	-	-	383 991,32	-	383 991,32
Amortizações acumuladas	-	-	(383 991,32)	-	(383 991,32)
Valor líquido	-	-	-	-	-

Não houve alterações nos ativos fixos intangíveis e estes estão totalmente amortizados. Consequentemente, no final do exercício de 2019, os ativos fixos Intangíveis não têm valor contabilístico.

8. Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o investimento em subsidiárias e associadas é como segue:

Descrição	Capital	% Participação	Ajustamento
Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda	840 423,28	60,87%	511 565,65
Descrição	Resultado	% Participação	Ajustamento
Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda	(19 259,20)	60,87%	11 723,08

Os quadros acima indicam os valores dos capitais próprios da empresa participada, a participação no capital da mesma, assim como o resultado obtido pela empresa, sendo ajustados na conta de Investimentos Financeiros, pelas variações nos capitais próprios, assim como a imputação como gasto dos resultados.

	Subsidiárias	Associadas	TOTAL
A 1 de janeiro de 2019	570 808,38 €	- €	570 808,38 €
Ganhos/(Perdas)	(11 567,89)	-	(11 567,89)
Outros movimentos no Capital	(19 169,94)	-	(19 169,94)
Dividendos recebidos	-	-	-
31 de dezembro de 2019	540 070,55 €	- €	540 070,55 €
Ganhos/(Perdas)	(11 723,08)	-	(11 723,08)
Outros movimentos no Capital	(16 781,82)	-	(16 781,82)
Dividendos recebidos	-	-	-
31 de dezembro de 2020	511 565,65 €	- €	511 565,65 €

- A Pousada da Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda. contempla uma diminuição de 16.781,82 euros pelos ajustamentos dos capitais, e uma diminuição em 11.723,08 euros pelo ajustamento da imputação dos resultados de 2020, passando o seu valor de 540.070,55 euros para 511.565,65 euros.
- O valor da participação financeira era de 540.070,55 euros em 2019, face aos ajustamentos em 2020 a participação financeira pelo método da equivalência patrimonial é de 511.565,65 euros.
- Em 31 de dezembro de 2020 não existe qualquer montante registado a título de provisão para investimentos financeiros.

9. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

Inventários	31-Dez-20	31-Dez-19
Mercadorias	45 572,59	50 219,90
Materias primas	16 519,02	17 888,22
	62 091,61	68 108,12
Imparidade de inventários	-	-
	62 091,61	68 108,12

	31-Dez-20			31-Dez-19		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias- primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	50 219,90	17 888,22	68 108,12	47 103,61	17 983,28	65 086,89
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Compras	41 915,63	64 203,60	106 119,23	148 602,88	50 549,13	199 152,01
Custo de vendas	-75 616,51	-36 519,23	-112 135,74	-145 486,59	-50 644,19	-196 130,78
Saldo final em 31 de Dezembro	16 519,02	45 572,59	62 091,61	50 219,90	17 888,22	68 108,12

As compras de mercadorias e matérias-primas estão relacionadas com a exploração normal da atividade de restaurante, bar e golfe, e com o Museu da Fábrica da Baleia das Flores.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2020, como gasto e incluído na rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 112.35,74 Euros (em 2019: 196.130,78 Euros).

10. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica de clientes, é como se segue:

	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	61 209,87	-	143 979,42
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	61 209,87	-	143 979,42
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	61 209,87	-	143 979,42

Para os períodos apresentados não existem diferenças, para os saldos correntes, entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

11. Outros créditos a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é como se segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Pousada da Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda.	661 587,52	579 937,52
PO Açores 2020 (1)	221 122,77	480 096,43
Hotel Angrasol - Aval (2)	503 376,98	-
Fundo garantia - linha Açores Investe	3 000 000,00	3 000 000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas	1 000 000,00	1 000 000,00
Fundo garantia - linha Açores Investe II	4 500 000,00	4 500 000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas III	400 000,00	400 000,00
Linha Açores Investe I	289 244,97	289 244,97
Linha Açores Investe II	719 511,88	511 597,47
Linha Açores Empresas I	54 622,12	40 472,55
Linha Açores Empresas II	84 454,09	51 888,84
Linha Açores Empresas III	44 927,74	44 927,74
Linha Reestruturação I	191 037,99	176 393,48
Linha Reestruturação II	1 845 735,60	1 376 065,87
Linha Reestruturação III	667 812,31	844 217,76
Linha Açores Empresas I	40 472,55	54 622,12
Linha Açores Empresas II	51 888,84	84 454,09
Linha Açores Empresas III	5 631,95	5 631,95
Linha Empresas PVE (3)	7 094 928,02	7 240 290,64
Programa Estabilização do Emprego	16 742,28	67 197,88
Diversas Linhas	241 431,87	317 645,12
	21 634 529,48	21 064 684,43

- (1) Apoio ao investimento no âmbito do Programa Operacional Açores 2020 para a instalação da Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria no montante de 1.634.443,58€. Até ao final do ano de 2020 já foi recebido o montante de 1.413.320,81€, prevendo-se receber em 2021 o restante valor de 221.122,77€. Não existem quaisquer adiantamentos de recebimentos relativos a transações sem contraprestação.
- (2) Em 2010, no âmbito do Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER), a Ilhas de Valor, S.A. foi avalista de um contrato de financiamento de manifesto interesse regional concedido à empresa Angrasol – Hotelaria, Turismo e Comércio, S.A. no valor de 5.000.000 euros, mediante a prestação de contra-garantia por via da Hipoteca de dois prédios urbanos onde está edificado o Angra Marina Hotel. Entretanto, face à crise

pandémica da Covid-19, a sociedade Angrasol, S.A. não cumpriu com o pagamento de 2 prestações bancárias previstas no plano de pagamentos do financiamento. Por conseguinte, a Ilhas de Valor, S.A., na qualidade de garante, pagou em outubro de 2020 o montante de 503.376,98€ à CEMAH – Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Nas contas da Ilhas de Valor, S.A., este valor foi considerado na rubrica de “Outros Créditos a Receber”, considerando a expectativa de recuperação da totalidade do valor pago, quer pela devolução da própria empresa Angrasol, S.A., quer pela execução da referida hipoteca.

- (3) No que se refere ao Programa de Valorização do Emprego (PVE), salienta-se que foi cedida, às empresas beneficiárias, a possibilidade de aderirem ao prazo complementar de reembolso de empréstimo, no âmbito da Resolução do Conselho do Governo n.º 75/2020, de 24 de março. Destaca-se ainda que, o valor em dívida pela empresa Micol, Lda encontra-se em execução fiscal e a ser pago regularmente à Ilhas de Valor através de cobrança coerciva pela Autoridade Tributária, junto dos seus sócios, no âmbito do Termo de Responsabilidade Pessoal que assinaram aquando da atribuição do financiamento. Foi, entretanto, interposta uma impugnação tributária por um dos sócios contra a RAA e a Ilhas de Valor, S.A. Uma vez apresentada a contestação, a 16.11.2020, o processo encontra-se concluso.

12. Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Ativo		
Imposto s/ rendimento - IRC	239 427,00	413 280,00
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	100 676,27	16 522,24
Outros impostos e taxas	-	-
	340 103,27	429 802,24
Passivo		
Imposto s/ rendimento - IRC	132 722,04	257 379,44
Imposto s/ rendimento - IRS	8 150,16	8 882,64
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	3 888,57
Segurança Social/CGA	27 105,11	27 900,48
Outros impostos e taxas	-	-
	167 977,31	298 051,13

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Pagamentos por conta	(239 427,00)	(413 280,00)
Retenções na Fonte	-	-
Estimativa de IRC (Nota 28)	<u>132 722,04</u>	<u>257 379,44</u>
	(106 704,96)	(155 900,56)

A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social, impostos nas demonstrações liquidados no mês seguinte.

13. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Ilhas de Valor, S.A. tem registado na rubrica Diferimentos – Gastos a reconhecer os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes, como os prémios de seguro.

	31-Dez-20	31-Dez-19
Seguros e outros serviços	<u>182,92</u>	<u>191,57</u>
	182,92	191,57

14. Variações na rubrica de Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Património Líquido da empresa variou da seguinte forma:

	31-Dez-19	31-Dez-20	Variações
Capital	9 000 000,00	9 000 000,00	-
Reservas Legais	720 000,00	775 000,00	55 000,00
Resultados Transitados	6 061 154,08	7 014 128,49	952 974,41
Ajustamentos A. Financeiros	8 533,88	(8 247,94)	(16 781,82)
O. Variações Capital Próprio	1 595 818,18	1 498 995,19	(96 822,99)
Resultados	1 066 727,24	584 441,08	(482 286,16)
Total	18 452 233,38	18 864 316,82	412 083,44

Desta forma, o património líquido da empresa que era de 18.452.233,38 euros em 2019 passa para 18.864.316,82 euros em 2020.

15. Capital Subscrito

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social da Ilhas de Valor, S.A., encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1 800 000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	Nº de Ações	Capital Social
Capital	1 800 000	9 000 000,00
TOTAL	1 800 000	9 000 000,00

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

Acionistas	Nº de Ações	Valor Nominal	% Detida
Região Autónoma dos Açores	910 000	4 550 000,00	50,56%
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	890 000	4 450 000,00	49,44%
TOTAL	1 800 000	9 000 000,00	100%

16. Reservas Legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2020 e 2019 a reserva legal não se encontra totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

17. Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o património líquido da empresa variaram da seguinte forma:

	Ajustamentos em Ativos financeiros	Outras Variações no Património Líquido	TOTAL
A 1 de janeiro de 2019	27 703,82	584 828,34	612 532,16
Amortização de subsídio	-	1 215 132,02	1 215 132,02
Ajustamento por imposto	-	-204 142,18	-204 142,18
Ajustamento capital próprio subsidiária	-19 169,94	-	-19 169,94
31 de dezembro de 2019	8 533,88	1 595 818,18	1 604 352,06
Amortização de subsídio	-	-116 373,79	-116 373,79
Ajustamento por imposto	-	19 550,80	19 550,80
Ajustamento capital próprio subsidiária	-16 781,82	-	-16 781,82
31 de dezembro de 2020	-8 247,94	1 498 995,19	1 490 747,25

Os valores registados como Ajustamentos em ativos financeiros resultam essencialmente das movimentações associadas aos subsídios ao investimento no património líquido da subsidiária.

A decomposição do saldo referente a Outras variações no património líquido pelas respetivas naturezas é a seguinte:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Comparticipações comunitárias - Subsídios	1 801 676,91	1 918 050,70
Ajustamento por imposto (Nota 20)	(302 681,72)	(322 232,52)
1 498 995,19 €	1 595 818,18 €	

O montante reconhecido nesta rubrica referente ao imposto a pagar no futuro foi registado por contrapartida de Outras dívidas a pagar (Nota 20).

18. Financiamentos Obtidos

A classificação dos empréstimos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

Empréstimos Bancários	31-Dez-20		31-Dez-19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Santander Totta - Flores	407 698,03	58 242,00	465 940,03	-
Santander Totta - Graciosa	540 939,83	77 277,00	618 216,83	-
Santander Totta - Geral	353 957,02	116 656,53	700 000,00	-
CEMAH	-	-	-	-
Novo Banco dos Açores (A)	2 700 000,00	-	2 700 000,00	-
Novo Banco dos Açores (B)	4 782 857,14	797 142,86	5 700 000,00	-
Bankinter	2 646 000,39	214 789,64	3 074 717,54	-
	<u>11 431 452,41</u>	<u>1 264 108,03</u>	<u>13 258 874,40</u>	<u>-</u>

Trata-se de financiamentos a médio e longo prazo, em cumprimento e de acordo com os planos financeiros para cada. Uma vez que a totalidade dos empréstimos são negociados a condições de mercado (a taxas de juro variáveis), o justo valor dos empréstimos é semelhante ao valor contabilístico dos mesmos.

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por aval e por cartas conforto da Região Autónoma dos Açores.

19. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Fornecedores conta corrente	55 369,91	46 399,10
Fornecedores recepção e conferência	-	-
	<u>55 369,91</u>	<u>46 399,10</u>

20. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como segue:

	31-Dez-20		31-Dez-19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Imobilizado	- €	14 145,56 €	- €	- €
Acréscimo Remunerações a Liquidar	- €	188 847,96 €	- €	182 661,58 €
Juros a Liquidar	- €	50 776,33 €	- €	46 886,40 €
Remunerações a Liquidar e Sindicato	- €	63,61 €	- €	146,83 €
Linhos Crédito Bancos	6 650 000,00 €	7 710 750,16 €	6 650 000,00 €	7 321 595,81 €
Ajustamentos em Subsídios	- €	302 681,72 €	- €	322 232,52 €
Outras contas a pagar	- €	- €	- €	- €
	6 650 000,00 €	8 267 265,34 €	6 650 000,00 €	7 873 523,14 €

Outras contas a pagar no valor de 253.833,46 euros e outros credores no montante de 8.005.822,48 euros, representam a totalidade contas e credores em corrente.

Outros Credores não corrente no valor de 6.650.000,00 euros referente ao Fundo de Garantia de Linhas de Crédito conforme discriminado, totalizam 14.909.655,94 euros, sendo o total de outras contas a pagar em passivo corrente e não corrente.

21. Réido

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-20			31-Dez-19		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	3 102,11		3 102,11	4 901,53		4 901,53
Vendas de produtos	46 238,62		46 238,62	79 353,92		79 353,92
Prestação de serviços	374 973,10		374 973,10	852 326,89		852 326,89
	424 313,83		424 313,83	936 582,34		936 582,34

A redução do volume de negócios resulta essencialmente dos efeitos do surto pandémico de Covid-19 que se propagou à escala mundial, colocando um travão na atividade económica global e com impactos profundos no sector do turismo. Os campos de golfe foram bastante afetados pela diminuição da procura pelos seus serviços, quer pela diminuição do fluxo turístico e cancelamento de torneios, como também pelo adiamento de eventos e festividades.

22. Subsídios à exploração

O montante de subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Contrato-programa - Coesão	2 972 458,79	3 000 000,00
Apoio ao Emprego - Integra	982,30	3 128,80
	2 973 441,09	3 003 128,80

Em 2020, a Ilhas de valor recebeu o montante de 3.200.000 euros no âmbito da Resolução do Conselho de Governo n.º 251/2020 de 25 de setembro de 2020, destinado à concretização do plano de investimento e de atividade da empresa, com particular relevância no âmbito coesão regional. Deste montante, foi, entretanto, apurado o valor de 227.541,21€ de investimento em ativos fixos tangíveis, que foi reconhecido na rubrica de Capital Próprio e subsequentemente na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. O restante montante de 2.972.458,79€ destinou-se à cobertura dos gastos inerentes ao funcionamento da sociedade e que foram incorridos no próprio exercício, pelo que foi contabilizado em subsídios de exploração.

23. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	406 995,14	325 808,11
Materiais	19 040,42	19 542,32
Energia e fluídos	122 141,07	134 365,35
Deslocações, estadas e transportes	6 374,72	15 050,73
Serviços diversos	163 812,06	149 415,94
	718 363,41	644 182,45

Registou-se um aumento generalizado das despesas gerais, sendo que estes gastos foram essenciais para o funcionamento e exploração normal da atividade da empresa.

24. Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2020 e 2019, foram como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Remunerações dos órgãos sociais	144 658,92	143 687,89
Remunerações do pessoal	980 619,19	1 000 072,62
Encargos sobre remunerações	245 154,50	251 307,77
Seguros	20 478,28	19 511,91
Outros gastos com pessoal	3 864,23	3 736,84
	1 394 775,12	1 418 317,03

Variação negativa no valor de 23.541,91 euros com pouca relevância nos custos globais.

25. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Subsídios Investimento		
- SIDER - Hotel Flores e Graciosa	260 675,12	384 913,56
- SIDER - Adução Termas do Carrapacho	22 932,00	34 398,00
- PO 2020 - Incubadora Empresas St Maria	44 304,74	-
- Contrato-programa Coesão 2020	16 003,14	-
Outros rendimentos e ganhos	4 820,34	905,50
	348 735,34	420 217,06

Dos 348.735,34 euros contabilizados em outros proveitos, 343.915,00 euros dizem respeito à Imputação de Subsídio ao investimento, nomeadamente nos Hotéis Flores/Graciosa e Adução Termas do Carrapacho (SIDER) no valor de 283.607,12€; na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (PO2020) no valor de 44.304,74€; e nos investimentos em ativos fixos tangíveis no âmbito do Contrato-programa “Coesão” de 2020.

Restantes proveitos resultam de proveitos residuais e correções exercício anterior.

26. Outros Gastos e Perdas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Impostos	17 751,88	52 480,87
Taxas	824,05	1 394,56
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	11 723,08	11 567,89
Outros gastos e perdas	37 374,35	33 106,10
	67 673,36	98 549,42

A verba de 17.751,88 euros inclui IMI, bem como impostos sobre equipamentos de transporte.

A verba 11.723,08 euros resulta da aplicação do método de equivalência patrimonial referente à “Pousada da juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda”.

A verba de 37.374,35 refletem o Imposto Selo em operações bancárias e as quotizações pagas a entidades externas.

27. Gastos e Rendimentos Financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	203 065,51	222 402,23
Outros gastos e perdas de financiamento	67 163,47	56 999,86
	270 228,98	279 402,09
Resultados financeiros		
	270 228,98	279 402,09

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não se registaram proveitos ou rendimentos financeiros.

Os gastos financeiros incluem os juros bancários suportados sobre empréstimos de médio e longo prazo, contraídos pela empresa para o financiamento das suas atividades. Os Outros gastos e perdas financeiras incluem essencialmente comissões associadas aos financiamentos obtidos.

28. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2020 atingiam um valor de 4.113.859,79 euros (em 2019 – 4.956.130,92 euros), sendo que a esta data não existia nenhum financiamento em incumprimento.

29. Imposto sobre o Rendimento do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Imposto s/ rendimento corrente	132 721,96	257 379,44
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
	132 721,96	257 379,44

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Resultado antes de Imposto	717 163,12	1 324 106,68
Diferenças temporárias:		
Outros	-	(125 712,25)
	-	(125 712,25)
Diferenças permanentes:		
MEP	(11 723,08)	(11 567,89)
Outros	(38 759,44)	(38 759,44)
	(50 482,52)	(50 327,33)
Lucro Tributável/(Prejuízo Fiscal)	768 140,27	1 500 146,26
Taxa nominal de imposto	16,80%	16,80%
Derrama Municipal	-	-
Derrama Estadual	-	3,51
Tributação autónoma	3 674,39	5 351,36
Imposto diferido	-	-
Imposto s/ Rendimento	132 721,96	257 379,44
Taxa efetiva de imposto	18,51%	19,44%

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2020	2019
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
LT > 1 500 000 e < 7 500 000	2,40%	2,40%
LT > 7 500 000 e < 35 000 000	4,00%	4,00%
LT > 35 000 000	7,20%	7,20%

30. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Ilhas de Valor, S.A. é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,56% do capital da Empresa. O restante é detido pelo Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico (49,44%).

Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Empresa foi considerado de acordo com a NCRF 5 – Partes Relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração foram na sua totalidade liquidadas pela ilhas de Valor, S.A.

Remuneração do Revisor oficial de contas

A remuneração do Revisor Oficial de Contas no exercício de 2020 cifrou-se em 9.600 Euros. O mesmo não prestou outros serviços distintos de auditoria.

Saldos e Transações com Empresas Subsidiárias e Associadas

No final dos períodos de 2020 e 2019 os saldos pendentes em Outros Créditos a Receber, resultantes de transações efetuadas com subsidiária Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda. são de 661.587,52€ e de 579.937,52€, respetivamente.

31. Disposições Legais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

32. Eventos subsequentes

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação da nova doença (“COVID-19”). Em resultado, as autoridades competentes locais e internacionais têm vindo a estabelecer um conjunto de medidas excepcionais e de carácter temporário com o objetivo de conter a propagação da referida doença. Face a esta situação a empresa tem vindo a implementar um plano de contingência para aumentar as condições de proteção de todos os colaboradores, de modo a garantir as suas atividades. Embora nesta data não seja possível determinar a extensão e severidade dos impactos desta situação, o Conselho de Administração considera que, tendo por base a natureza das atividades desenvolvidas e as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, que existem condições para considerar adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações.

Nestes termos e dado que não houve alteração de circunstâncias, mantêm-se os pressupostos de fato que levaram à inclusão desta nota no Anexo às demonstrações financeiras do exercício de 2020.

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não tinham ocorrido outros eventos após a data de 31 de dezembro de 2020 que pudessem modificar as demonstrações financeiras à data de emissão das mesmas ou motivar a inclusão de divulgações adicionais, para além das que foram incluídas nas notas anexas às presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

10.6. Mapas Orçamentais

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Regularizações)

Exercício: 2020

Lançamento:

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais [1]	259.757,04	46.685,16	0,00	0,00	0,00	306.442,20	612.895,15
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					3.180,75	3.180,75	0,00
	Receita corrente							
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	513.187,80	0,00	0,00	0,00	0,00	513.187,80	1.111.566,03
R7	Outras Receitas Correntes	160.908,78	0,00	0,00	0,00	0,00	160.908,78	192.845,57
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	6.460.740,13	0,00	0,00	0,00	6.460.740,13	7.904.347,15
R9.1	Transferências de capital	0,00	6.460.740,13	0,00	0,00	0,00	6.460.740,13	7.904.347,15
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	6.201.766,47	0,00	0,00	0,00	6.201.766,47	6.750.000,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	6.201.766,47	0,00	0,00	0,00	6.201.766,47	6.750.000,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	258.973,66	0,00	0,00	0,00	258.973,66	1.154.347,15
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	146.344,92	0,00	0,00	0,00	0,00	146.344,92	780.822,86
	Receita efetiva [2]	820.441,50	6.460.740,13	0,00	0,00	0,00	7.281.181,63	9.989.581,61
	Receita não efetiva [3]	0,00	2.820.000,00	0,00	0,00	0,00	2.820.000,00	10.160.000,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	2.820.000,00	0,00	0,00	0,00	2.820.000,00	10.160.000,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	1.080.198,54	9.327.425,29	0,00	0,00	0,00	10.407.623,83	20.762.476,76
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]					166.051,26	166.051,26	3.690,51

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Regularizações)

Exercício: 2020

Lançamento:

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO (n)					N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	
Despesa corrente							
D1	Despesas com o pessoal	0,00	1.386.949,26	0,00	0,00	0,00	1.386.949,26 1.481.630,95
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	1.100.147,86	0,00	0,00	0,00	1.100.147,86 1.095.510,68
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	21.688,33	0,00	0,00	0,00	21.688,33 34.802,49
D1.3	Segurança social	0,00	265.113,07	0,00	0,00	0,00	265.113,07 351.317,78
D2	Aquisição de bens e serviços	937.672,09	0,00	0,00	0,00	0,00	937.672,09 1.035.590,04
D3	Juros e outros encargos	38.270,42	199.175,58	0,00	0,00	0,00	237.446,00 279.617,46
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	325.753,59	0,00	0,00	0,00	325.753,59 763.757,84
Despesa de Capital							
D6	Aquisição de bens de capital	4.312,61	353.511,42	0,00	0,00	0,00	357.824,03 8.195.616,61
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	81.650,00	0,00	0,00	0,00	81.650,00 93.500,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	81.650,00	0,00	0,00	0,00	81.650,00 93.500,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D7.1.4	Outras	0,00	81.650,00	0,00	0,00	0,00	81.650,00 93.500,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00 3.750.000,00
Despesa efetiva [5]		980 255,12	5 347 039,85	0,00	0,00	0,00	6 327 294,97
Despesa não efetiva [6]		0,00	3 886 690,94	0,00	0,00	0,00	3 886 690,94
D9	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
D10	Ativos financeiros	0,00	3 886 690,94	0,00	0,00	0,00	3 886 690,94 4 856 321,66
Soma [7]-[5]+[6]		980 255,12	9 233 730,79	0,00	0,00	0,00	10 213 985,91
Pagamentos de operações de tesouraria [C]						167 091,51	167 091,51
Saldos para gerência seguinte							
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]						193 637,92	306 442,20
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]						2.140,50	2 140,50 3 180,75
Saldo global [2]-[5]		-159 813,62	1 113 700,28	0,00	0,00	0,00	953 886,66 -5 610 131,29
Despesa primária		941 984,70	5 147 864,27	0,00	0,00	0,00	6 089 848,97 15 320 095,44
Saldo corrente		-301 845,93	-1 911 878,43	0,00	0,00	0,00	-2 213 724,36 -2 256 184,69
Saldo de capital		142 032,31	3 025 578,71	0,00	0,00	0,00	3 167 611,02 -3 353 946,60
Saldo primário		-121 543,20	1 312 875,86	0,00	0,00	0,00	1 191 332,66 -5 330 513,83
Receita total [1]+[2]+[3]		1 080 198,54	9 327 425,29	0,00	0,00	0,00	10 407 623,83 20 762 476,76
Despesa total [5]+[6]		980 255,12	9 233 730,79	0,00	0,00	0,00	10 213 985,91 20 456 034,56

O Responsável

A Administração

Demonstração da Execução Orçamental da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2020
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
Receitas Correntes														
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	876.910,00	193.816,81	495.038,87	0,00	513.187,80	0,00	0,00	30.625,61	482.562,19	513.187,80	175.667,88	3,49%	55,03%
R7	Outras Receitas Correntes	161.000,00	0,00	160.908,78	0,00	160.908,78	0,00	0,00	160.908,78	160.908,78	0,00	0,00%	99,94%	
	Total das Receitas Correntes	1.037.910,00	193.816,81	655.947,65	0,00	674.096,58	0,00	0,00	30.625,61	643.470,97	674.096,58	175.667,88	2,95%	62,00%
Receitas de Capital														
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9	Transferências e subsídios de capital	6.720.886,00	0,00	6.460.740,13	0,00	6.460.740,13	0,00	0,00	0,00	6.460.740,13	6.460.740,13	0,00	0,00%	96,13%
R9.1	Transferências de capital	6.720.886,00	0,00	6.460.740,13	0,00	6.460.740,13	0,00	0,00	0,00	6.460.740,13	6.460.740,13	0,00	0,00%	96,13%
R9.1.1	Administrações Públicas	6.201.767,00	0,00	6.201.766,47	0,00	6.201.766,47	0,00	0,00	0,00	6.201.766,47	6.201.766,47	0,00	0,00%	100,00%
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.4	Administração Regional	6.201.767,00	0,00	6.201.766,47	0,00	6.201.766,47	0,00	0,00	0,00	6.201.766,47	6.201.766,47	0,00	0,00%	100,00%
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.2	Exterior - U E	519.119,00	0,00	258.973,66	0,00	258.973,66	0,00	0,00	0,00	258.973,66	258.973,66	0,00	0,00%	49,89%
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R10	Outras receitas de capital	210.706,00	0,00	146.344,92	0,00	146.344,92	0,00	0,00	0,00	146.344,92	146.344,92	0,00	0,00%	69,45%

Demonstração da Execução Orçamental da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2020
 Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
	Total das Receitas de Capital	6.931.592,00	0,00	6.607.085,05	0,00	6.607.085,05	0,00	0,00	0,00	6.607.085,05	6.607.085,05	0,00	0,00%	95,32%
	Receitas não efetivas													
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R13	Receita com Passivos financeiros	3.790.284,00	0,00	2.820.000,00	0,00	2.820.000,00	0,00	0,00	0,00	2.820.000,00	2.820.000,00	0,00	0,00%	74,40%
	Total das Receitas não efetivas	3.790.284,00	0,00	2.820.000,00	0,00	2.820.000,00	0,00	0,00	0,00	2.820.000,00	2.820.000,00	0,00	0,00%	74,40%
R11	Reposiçãoes não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	306.444,00	0,00	306.442,20	0,00	306.442,20	0,00	0,00	0,00	306.442,20	306.442,20	0,00	0,00%	100,00%
	Total Geral (Receitas Correntes)	1.037.910,00	193.816,81	655.947,65	0,00	674.096,58	0,00	0,00	30.625,61	643.470,97	674.096,58	175.667,88	2,95%	62,00%
	Total Geral (Rec. de Capital)	6.931.592,00	0,00	6.607.085,05	0,00	6.607.085,05	0,00	0,00	0,00	6.607.085,05	6.607.085,05	0,00	0,00%	95,32%
	Total Geral (Receitas Não Efetivas)	3.790.284,00	0,00	2.820.000,00	0,00	2.820.000,00	0,00	0,00	0,00	2.820.000,00	2.820.000,00	0,00	0,00%	74,40%
	Total Geral	12.066.230,00	193.816,81		0,00	10.407.623,83	0,00	0,00	30.625,61	10.376.998,22		175.667,88	0,25%	86,00%

O Responsável

A Administração

Demonstração da Execução Orçamental da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2020
 Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau exec. orç.	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesas Correntes													
D1	Despesas com o pessoal	7.071,09	1.439.507,00	0,00	1.421.608,46	1.421.608,46	0,00	1.386.949,26	1.386.949,26	0,00	34.659,20	0,00%	96,35%
D1.1	Remunerações certas e permanentes	4.208,05	1.126.206,00	0,00	1.116.159,94	1.116.159,94	0,00	1.100.147,86	1.100.147,86	0,00	16.012,08	0,00%	97,69%
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	24.020,00	0,00	22.072,86	22.072,86	0,00	21.688,33	21.688,33	0,00	384,53	0,00%	90,29%
D1.3	Segurança social	2.863,04	289.281,00	0,00	283.375,66	283.375,66	0,00	265.113,07	265.113,07	0,00	18.262,59	0,00%	91,65%
D2	Aquisição de bens e serviços	25.567,01	1.211.570,00	53.680,00	967.455,08	967.455,08	4.021,05	933.651,04	937.672,09	0,00	29.782,99	0,33%	77,06%
D3	Juros e outros encargos	0,00	307.500,00	0,00	237.446,00	237.446,00	0,00	237.446,00	237.446,00	0,00	0,00	0,00%	77,22%
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1	Transferências correntes	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.4	Outras	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	404.944,00	0,00	325.773,59	325.773,59	0,00	325.753,59	325.753,59	0,00	20,00	0,00%	80,44%
	Total das Despesas Correntes	32.638,10	3.372.521,00	53.680,00	2.952.283,13	2.952.283,13	4.021,05	2.883.799,89	2.887.820,94	0,00	64.462,19	0,12%	85,51%
Despesas de Capital													
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	1.503.619,00	0,00	385.690,63	385.690,63	0,00	357.824,03	357.824,03	0,00	27.866,60	0,00%	23,80%
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	127.000,00	0,00	81.650,00	81.650,00	0,00	81.650,00	81.650,00	0,00	0,00	0,00%	64,29%
D7.1	Transferências de capital	0,00	127.000,00	0,00	81.650,00	81.650,00	0,00	81.650,00	81.650,00	0,00	0,00	0,00%	64,29%
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.4	Outras	0,00	127.000,00	0,00	81.650,00	81.650,00	0,00	81.650,00	81.650,00	0,00	0,00	0,00%	64,29%
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8	Outras despesas de capital	0,00	3.001.767,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00%	99,94%
	Total das Despesas de Capital	0,00	4.632.386,00	0,00	3.467.340,63	3.467.340,63	0,00	3.439.474,03	3.439.474,03	0,00	27.866,60	0,00%	74,25%

Demonstração da Execução Orçamental da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2020
 Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau exec. orç.	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesas não efetivas													
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	4.061.323,00	0,00	3.886.690,94	3.886.690,94	0,00	3.886.690,94	3.886.690,94	0,00	0,00	0,00%	95,70%
	Total das Despesas não efetivas	0,00	4.061.323,00	0,00	3.886.690,94	3.886.690,94	0,00	3.886.690,94	3.886.690,94	0,00	0,00	0,00%	95,70%
	Total Geral (Despesas Correntes)	32.638,10	3.372.521,00	53.680,00	2.952.283,13	2.952.283,13	4.021,05	2.883.799,89	2.887.820,94	0,00	64.462,19	0,12%	85,51%
	Total Geral (Despesas Capital)	0,00	4.632.386,00	0,00	3.467.340,63	3.467.340,63	0,00	3.439.474,03	3.439.474,03	0,00	27.866,60	0,00%	74,25%
	Total Geral (Despesas não efetivas)	0,00	4.061.323,00	0,00	3.886.690,94	3.886.690,94	0,00	3.886.690,94	3.886.690,94	0,00	0,00	0,00%	95,70%
	Total Geral	32.638,10	12.066.230,00	53.680,00	10.306.314,70	10.306.314,70	4.021,05	10.209.964,86	10.213.985,91	0,00	92.328,79	0,03%	84,62%

O Responsável

A Administração

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2020
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Receita				Observações
		Previsões Iniciais	Inscrições/ Reforços	Alterações Orçamentais	Previsões Corrigidas	
Receitas Correntes						
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	1.037.910,00	36.000,00	197.000,00	0,00	876.910,00
R7	Outras Receitas Correntes	0,00	161.000,00	0,00	0,00	161.000,00
Total das Receitas Correntes		1.037.910,00	197.000,00	197.000,00	0,00	1.037.910,00
Receitas de Capital						
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	8.145.000,00	0,00	1.424.114,00	0,00	6.720.886,00
R9.1	Transferências de capital	8.145.000,00	0,00	1.424.114,00	0,00	6.720.886,00
R9.1.1	Administrações Públicas	7.100.000,00	0,00	898.233,00	0,00	6.201.767,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2020
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Receita				Observações
		Previsões Iniciais	Inscrições/ Reforços	Alterações Orçamentais	Previsões Corrigidas	
Créditos Especiais	Diminuições/ Anulações					
R9.1.1.4	Administração Regional	7.100.000,00	0,00	898.233,00	0,00	6.201.767,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	1.045.000,00	0,00	525.881,00	0,00	519.119,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	210.706,00	0,00	0,00	0,00	210.706,00
Total das Receitas de Capital		8.355.706,00	0,00	1.424.114,00	0,00	6.931.592,00
Receitas não efetiva						
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos financeiros	3.790.284,00	0,00	0,00	0,00	3.790.284,00
Total das Receitas não efetiva		3.790.284,00	0,00	0,00	0,00	3.790.284,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	306.444,00	306.444,00
Total Geral (Receitas Correntes)		1.037.910,00	197.000,00	197.000,00	0,00	1.037.910,00
Total Geral (Receitas Capital)		8.355.706,00	0,00	1.424.114,00	0,00	6.931.592,00
Total Geral (Receitas Não Efetivas)		3.790.284,00	0,00	0,00	0,00	3.790.284,00
Total Geral		13.183.900,00	197.000,00	1.621.114,00	306.444,00	12.066.230,00

O Responsável

A Administração

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2020
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Despesa				Observações	
		Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais				
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
Despesas Correntes							
D1	Despesas com o pessoal	1.410.007,00	125.000,00	95.500,00	0,00	1.439.507,00	
D1.1	Remunerações certas e permanentes	1.089.706,00	49.500,00	13.000,00	0,00	1.126.206,00	
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	54.020,00	1.500,00	31.500,00	0,00	24.020,00	
D1.3	Segurança social	266.281,00	74.000,00	51.000,00	0,00	289.281,00	
D2	Aquisição de bens e serviços	894.670,00	291.500,00	126.600,00	152.000,00	1.211.570,00	
D3	Juros e outros encargos	391.400,00	28.100,00	142.000,00	30.000,00	307.500,00	
D4	Transferências e subsídios correntes	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	
D4.1	Transferências correntes	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.4	Outras	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5	Outras Despesas Correntes	370.500,00	150.000,00	240.000,00	124.444,00	404.944,00	
Total das Despesas Correntes		3.075.577,00	594.600,00	604.100,00	306.444,00	3.372.521,00	
Despesas de Capital							
D6	Aquisição de bens de capital	2.020.000,00	9.500,00	525.881,00	0,00	1.503.619,00	
D7	Transferência e subsídios de capital	127.000,00	0,00	0,00	0,00	127.000,00	
D7.1	Transferências de capital	127.000,00	0,00	0,00	0,00	127.000,00	
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2020
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Despesa				Observações
		Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais		Dotações Corrigidas	
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	127.000,00	0,00	0,00	0,00	127.000,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	3.900.000,00	0,00	898.233,00	0,00	3.001.767,00
	Total das Despesas de Capital	6.047.000,00	9.500,00	1.424.114,00	0,00	4.632.386,00
	Despesas não efetivas					
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	4.061.323,00	0,00	0,00	0,00	4.061.323,00
	Total das Despesas não efetivas	4.061.323,00	0,00	0,00	0,00	4.061.323,00
	Total Geral (Despesas Correntes)	3.075.577,00	594.600,00	604.100,00	306.444,00	3.372.521,00
	Total Geral (Despesas Capital)	6.047.000,00	9.500,00	1.424.114,00	0,00	4.632.386,00
	Total Geral (Despesas não efetivas)	4.061.323,00	0,00	0,00	0,00	4.061.323,00
	Total Geral	13.183.900,00	604.100,00	2.028.214,00	306.444,00	12.066.230,00

O Responsável

A Administração

11. Relatório de Conselho Fiscal

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
EXERCÍCIO DE 2020

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da ILHAS DE VALOR, S.A., relativos ao exercício de 2020.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2020, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.

- 2- De acordo com o nº 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciámos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020;

 A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;

Rua Dr. Caetano de Andrade, nº 5 - 2º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada

Telefone / Fax n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@gmail.com

NIPC e Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

DUARTE GIESTA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 20 de Abril de 2021

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

12. Certificação Legal de Contas

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ILHAS DE VALOR, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 46.700.490 euros e um total de património líquido de 18.864.317 euros, incluindo um resultado líquido de 584.441 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 10.213.986 euros de despesa paga e um total de 10.407.624 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ILHAS DE VALOR, S.A. em 31 de Dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone / Fax n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@gmail.com

NIPC e Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Ênfase

Em Março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação da nova doença (“COVID-19”). Em resultado, conforme mencionado na nota 32 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade tem vindo a implementar, como no exercício anterior, um plano de contingência para aumentar as condições de proteção de todos os colaboradores, de modo a garantir a sua atividade. Embora nesta data não seja possível determinar a extensão e severidade dos impactos desta situação, o órgão de gestão considera que existem condições para considerar adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações.

Neste termos e dado que não houve alteração de circunstâncias, mantém-se os pressupostos de facto que levaram à apresentação da atual ênfase.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone / Fax n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@gmail.com

NIPC e Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo como os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 20 de Abril de 2021



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)